

Governo quer controlar o Congresso com PFL e PRN

Dora Kramer

BRASÍLIA — O governo já começa a trabalhar para derrubar uma das mais fortes tradições do Congresso: a de que o partido majoritário elege os presidentes da Câmara e do Senado. Ainda em conversas preliminares — pois o presidente Fernando Collor espera a definição total das eleições estaduais para decidir, por exemplo, se os governadores entrariam nessa articulação —, parlamentares governistas já negociam na Câmara uma fusão do PFL com o PRN, que daria ao governo maioria e tiraria das mãos do PMDB o controle do funcionamento do Congresso. No Senado, o jogo é pela formação de um bloco de todos os partidos que apoiam o governo.

— Esse controle é vital no sentido de que o governo consiga uma tramitação tranqüila para assuntos de seu interesse no Legislativo — resume um ministro de Estado.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP) resume a importância da maioria na Câmara:

— Se o governo tiver um bloco majoritário que detenha o poder na Casa, terá tudo o que quiser.

São os presidentes e primeiros-secretários que decidem, entre outras coisas, os projetos que serão votados e os que ficarão engavetados. A escolha das Mesas da Câmara e do Senado será feita no dia 2 de fevereiro, em seguida à posse dos eleitos a 3 de outubro. Pela praxe, o PMDB, com 108 eleitos, é a primeira bancada e teria direito aos principais cargos. A idéia dos governistas na Câmara é juntar as bancadas do PFL (83) e do PRN (41) para ficar com 124 parlamentares. Terminada a eleição da Mesa, o bloco se desfaria.

É aí que estão as divergências.

— Não aceito nenhum tipo de articulação só com o objetivo imediato de controlar mesas. Ou temos uma negociação para uma efetiva ação política a longo prazo, ou estou fora — diz o líder do PFL, Ricardo Fiúza. Mas também há convergências, sobretudo em torno da divisão dos cargos entre os dois partidos,

o que inclui a escolha do líder do governo. Por isso mesmo, se os dois partidos caminharem lado a lado, os parlamentares irão ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o negociador político do Planalto, para tratar da liderança do governo.

Candidatos — O que está em jogo entre as duas legendas são quatro posições estratégicas: a presidência da Câmara, a primeira secretaria, a liderança do governo e a liderança do bloco. Como o PFL é majoritário, ficaria com a presidência da Câmara e a liderança do governo, cabendo ao PRN os outros dois cargos. Ao PMDB caberia a primeira vice-presidência e os outros cargos seriam distribuídos um para cada partido. Dentro do PFL há três nomes fortes: Ricardo Fiúza, Luis Eduardo Magalhães e Inocêncio Oliveira. Este último, que tem o poder da primeira vice-presidência nas mãos, faz campanha aberta entre os deputados reeleitos e freqüenta os gabinetes dos ministros influentes.

Nenhum dos outros dois admite a

candidatura abertamente. Fiúza, segundo um daqueles ministros com influência política, teria a preferência do presidente para a liderança. Luis Eduardo, cujo pai, governador eleito da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, já garantiu a Collor o apoio incondicional de 18 deputados baianos e, pelos cálculos de parlamentares governistas, teria o controle sobre os votos de outros 22, seria o preferido de Collor para a presidência da Câmara.

— Mas pode ser que por uma questão política nacional e por não querer criar problemas com o PMDB o presidente resolva que é melhor deixar o controle com esse partido — lembra um governista. Nessa hipótese, segundo o líder de um partido de oposição que convive com peemedebistas em mesas de negociação, o nome da simpatia do governo seria o do líder do partido, Ibsen Pinheiro. O governador de São Paulo, Orestes Quércia, a quem não interessa a eleição de Ulysses Guimarães, também apoia Ibsen. Ulysses anda concorrendo com o deputado Nelson Jobim, ambos em campanha pela presidência.

Mesa, mais de meio caminho

Com o controle da Mesa nas mãos, o governo terá mais de meio caminho andado para garantir o sucesso de seus projetos. É a Mesa — os presidentes e primeiros-secretários — que decide o que entra ou não em votação, além de ter o controle do plenário no momento do exame de um assunto, podendo ou não cassar palavras e encaminhar discussões, além de cuidar de toda a administração do Congresso. Uma Mesa hostil pode, por exemplo, deixar um assunto de interesse do governo mofando na fila de entrada em pauta.

Pode também atrasar a remessa à sanção presidencial de um projeto já aprovado e decidir sobre devoluções de Medidas Provisórias que entenda inconstitucionais. Nesses sete meses de governo, por não ter o controle seguro das Mesas (no caso, também não havia estabilidade e boa articulação da maioria de

votos), o presidente Collor passou por alguns apuros.

Isso aconteceu, por exemplo, sempre que o senador Irã Saraiva (PDT-GO) substituiu Nelson Carneiro (PMDB-RJ) na presidência de sessões do Congresso. Tanto que oposicionistas sempre queriam Irã na presidência — de onde diversas vezes cassou palavras e deixou de acatar questões de ordem de governistas — e a situação fazia de tudo para ter Nelson, que o então ministro Bernardo Cabral chegou a declamar ser o candidato do Planalto ao governo do Rio. Na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no fim de junho, Nelson chegou a atrasar uma sessão até a meia-noite para que se iniciasse o recesso parlamentar e ele devolvesse, como o governo queria, a lei para o Executivo sem que houvesse votação.